

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2017/038498

RECORRENTE: ANA MARIA CERQUEIRA MARINS

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES- SIT

AUTO DE INFRAÇÃO: R000239300

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

**ACÓRDÃO JARI Nº****EMENTA: Multa por infração ao Art. 218 do CTB, "Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50%." Recurso que se acolhe em razão da não observância do recebimento da notificação. Recurso Conhecido e Provido.****Relatório**

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário legal, em oposição ao rigor do **Art. 218 do CTB, "Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50%."**, na data de **23/07/2016, na Rod. BA526, Km 16-SENTIDO CRESCENTE**, na cidade de Salvador/Bahia, pelo que argui matérias de Fato e Direito.

O Recorrente faz requerimento de apresentação de condutor para terceiros, servindo-se de Recurso a esta JUNTA, fazendo o aludido requerimento fora do prazo legal. Acosta aos autos as cópias dos documentos como, **cópia do CRLV e outros documentos**.

Em que pese, o Órgão Atuador tenha agido diligentemente, pois promoveu a expedição da NAI dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias, nos termos que informou na própria **NAI (Autuação 23/07/2016/expedição pelo Órgão Atuador SIT/SEINFRA aos Correios/ECT em 10/08/2016)** percebe-se que a correspondência não foi entregue no endereço do Recorrente em tempo hábil para apresentação de condutor e defesa de Autuação, o que implicou, por óbvio, cerceio de defesa.

Diante do exposto, se impõe o acolhimento das razões recursais, pois atende aos interesses legais do Recorrente, diante do manifesto prejuízo ao exercício da ampla defesa e contraditório suportado pelo administrado, quando da primeira notificação, e diante do emanado pelo artigo 257, §7º do CTB e da Resolução nº 404/2012 (vigente à época) do CONTRAN, VOTO no sentido de CONHECER do recurso interposto, dando-o por PROVIDO, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº **R000239300** lavrado contra **ANA MARIA CERQUEIRA MARINS**, insubsistente, determinando o seu arquivamento.

A Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações, pelo que acostou documento pessoal de identificação, CNH, cópia do CRLV.

É o relatório.

**Voto**

Diante do exposto, se impõe o acolhimento das razões recursais, pois atende aos interesses legais do Recorrente, diante do manifesto prejuízo ao exercício da ampla defesa e contraditório suportado pelo administrado, quando da primeira notificação, e diante do emanado pelo **artigo 257, §7º do CTB e da Resolução nº 404/2012 (vigente à época) do CONTRAN**, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO**, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. **R000239300** lavrado contra **ANA MARIA CERQUEIRA MARINS**, insubsistente, determinando o seu arquivamento.

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, julgando **insubsistente** o Auto de Infração de nº. **ANA MARIA CERQUEIRA MARINS** determinando o seu arquivamento, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 29 de setembro de 2020

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente- Relator

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular/ SIT

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Maria Fernanda A. Cunha – Secretária da JARI